

O Partido Comunista Chinês no Século XXI: Organização político-institucional e socioeconômica e legitimidade (2006-2016)

Palavras-Chave: [CHINA], [ECONOMIA CHINESA], [IDEOLOGIA]

Autores:

THOMAZ DE MORAES ANDRADE [IE/UNICAMP]

Dr. ALEX WILHANS ANTONIO PALLUDETO (orientador) [IE/UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

Este projeto de Iniciação Científica tem como objeto de pesquisa a organização político-institucional do Partido Comunista Chinês e sua relação com os diferentes grupos de atores que o compõem e com os quais interage para assegurar sua legitimidade diante das profundas transformações socioeconômicas pelas quais a China tem passado, com ênfase no período 2006-2016. Devido a vastidão do tema, assim como a dificuldade inerente de compreensão sobre uma realidade tão distante da ocidental, a pesquisa foi conduzida a partir da consideração de subtemas, de modo a obter uma visão mais clara da problemática em tela. Assim, teremos a discussão da contextualização histórica até o período trabalhado, enfatizando fatores culturais mais sutis que podem auxiliar a análise; uma discussão sobre a ideologia na história da China e no PCCh, em particular como se deu o choque cultural com a introdução de ideias vindas do ocidente no imaginário chinês; a discussão da legitimidade em torno do desenvolvimento econômico na China contemporânea; análise dos 11º e 12º planos quinquenais; discussão de indicadores sociais e perspectivas sobre a qualidade de vida na China.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de bases de dados socioeconômicos e pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros, documentos, notícias e dados oficiais disponibilizados tanto pelo governo chinês como por outras comissões nacionais e supranacionais.

DISCUSSÃO:

A contextualização histórica foi um dos tópicos mais importantes para uma compreensão adequada do período estudado. A República Popular da China (RPC) foi proclamada em 1949 sob a liderança de Mao Zedong em um estado de devastação. A China saiu da Segunda Guerra Mundial após quase cem anos de exploração econômica das potências ocidentais, epidemia descontrolada de ópio, humilhações, guerras e intervenções, além de guerras brutais contra o Império Japonês. Isso se contrapõe ao período anterior, em que, apesar da ameaça de invasões de povos nômades ser uma constante, o povo chinês desfrutava de extensos períodos de estabilidade com a China sendo a principal, se não a maior potência hegemônica da região e do globo.

É desta inflexão traumática que haveria um período de autocrítica dentro do pensamento chinês, com um esforço por diversos autores para tentar incorporar ideias ocidentais como o método científico, democracia representativa e visões iluministas da sociedade com a estrutura milenar do próprio pensamento chinês. Em outras palavras, como se deu a integração da modernidade europeia na China. A noção de democracia, por exemplo, nos primeiros esforços de reforma no final da dinastia Qing seria visto não como uma forma de participação em massa no processo político, mas como um mecanismo de integrar a comunicação do que “está abaixo e acima” (JENCO, 2013, In: FREEDEN 2013, p.755-756) para a melhora da estrutura social e do estado como um todo.

Em meio a essa tensão é que eventualmente as teorias de Karl Marx chegam à China e ocorre um processo de ‘sinificação’ por Mao em seus trabalhos Sobre a Prática e a Contradição. Assim, há um esforço de tentar apreender a ideologia do PCCh primeiramente durante a liderança de Mao, onde o seu papel é duplo: ao mesmo tempo que a ideologia é vista como uma forma de promover e conquistar a modernidade na China, também é uma forma de gerar consenso e coesão onde antes havia fragmentação e discordância (BROWN, 2012. p .54). Já no período de liderança sob Deng Xiaoping (1978-1992), com as feridas abertas do Grande Passo para Frente (1958-1960) e da Revolução Cultural (1966-1976), houve um afastamento do enfoque da luta de classes do período anterior para um destaque à modernização econômica da China com as doutrinas de “socialismo com características chinesas” e “economia socialista de mercado.”

A ênfase do papel do partido como provedor de consenso e coesão, ou “harmonia” como palavra recorrente, e propagador da modernidade para afirmar sua legitimidade se mantém nas lideranças subsequentes, seja em Zemin (1989-2002) em sua tese dos “Três Representações do Povo”, ou Jintao (2003-2013) em seus esforços para reduzir a desigualdade na China após a introdução da economia de mercado e o salto econômico da China.

Sob a ótica dos diferentes estratos sociais existentes na China, Wright (2010) aponta que essa dinâmica se manifesta na forma de grupos de interesses dentre os trabalhadores do setor público e privado, fazendeiros e empresários e como estes se articulam e se beneficiam da sua relação com o PCCh. Uma vez que a abertura e crescimento econômico modificou a dinâmica da sociedade chinesa somado ao papel ainda muito relevante do PCCh, seja diretamente, por meio de empresas estatais, ou indiretamente, através de sua liderança econômica e serviços por parte do Estado, há uma variedade de mecanismos coercitivos para que esses grupos optem por trabalhar com o Partido ao invés de procurar uma alternativa. Fenômeno que pode ser atribuído a uma memória (e uma certeza) de repressão à dissidência, porém com um contraponto importante: a observação de um crescente número de protestos e manifestações desde o final da década de 1990 e o começo dos anos 2000, com reivindicações contrárias a demissões em massa de trabalhadores em estatais, salários não pagos, impostos altos, etc. Apesar de não serem protestos de oposição política direta ao PCCh, e haver uma repressão em todos os casos, os chineses não deixaram de ir às ruas reivindicando pautas econômicas (WRIGHT, 2010, p. 12).

É perceptível a importância dada à condição econômica da China e ao papel do partido capitaneando o processo de desenvolvimento econômico para, de retorno, garantir sua legitimidade frente à sociedade chinesa. De tal forma a incorporação dos 11º e 12º planos quinquenais, referentes a 2006-2010 e 2011-2015 respectivamente, enquanto direcionamentos gerais para a economia chinesa capitaneados pelo partido também apontam no mesmo sentido. Em especial, a transição da estratégia “*Getting Rich First*” introduzido por Deng, em que se enfatiza o crescimento do PIB chinês como enfoque do planejamento econômico, para as ideias de “desenvolvimento científico” e da construção de “uma sociedade socialista.” Na prática, parece tratar-se de uma mudança de foco para uma estrutura econômica mais equitativa e focada no desenvolvimento econômico, visto que o índice de Gini, que em 1999 era de 38,7, em 2010 atingiu seu ápice até então de 43,7 (BANCO MUNDIAL, 2020). Delgado (2015) resume bem quando destaca que o 12º plano quinquenal:

[...] reitera a ênfase no desenvolvimento científico, destaca que o “objetivo fundamental” da transformação econômica deve ser a “melhoria da vida do povo”, com “provisão de serviços públicos para todos os cidadãos” e a “reforma no sistema de distribuição de renda”. (apud FERRAZ, 2019, pág. 9)

CONCLUSÕES:

A temática de pesquisa apresentou-se bastante densa e complexa, como já era esperado. Nunca houve a pretensão de abordar em sua completude como uma sociedade tão numerosa, complexa e rica em uma cultura milenar se organiza internamente com o seu governo, que, da mesma forma, tem uma organização e estrutura extremamente complexa. Feita essa ressalva,

ficou claro o papel da central condição econômica chinesa em toda a discussão da legitimidade do PCCh. A recorrência histórica de crises internas e externas no período recente criaram um ambiente onde o bem estar material da sociedade garante prestígio ao governo central, para além do precedente histórico que favorece períodos de estabilização e ordem. O PCCh apresenta uma sensibilidade institucional capaz de observar mudanças estruturais na sociedade e realizar mudanças de rota, bastante bruscas às vezes, de acordo com a necessidade, apesar de não apresentar uma estrutura democrática ocidental para esta arbitragem ao longo de diversas lideranças. O empenho intelectual de integração de formas de conhecimentos vindos do ocidente junto às referências internas à própria cultura chinesa também é notável.

Com uma abrangência grande, os resultados obtidos indicam um espaço bastante rico para a continuidade da exploração dessa temática.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. Acesso em: 03 de maio, 2020.

BROWN, Kerry. The communist party of China and ideology. *China: An International Journal*, v. 10, n. 2, p. 52-68, 2012.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: A new history*. Harvard University Press, 2006.

FERRAZ, GISELLE CAROLINE MARQUES ; DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS . PLANEJAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA INDUSTRIAL NA CHINA: DOS PLANOS QUINQUENAIS AO MADE IN CHINA 2025. In: IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2019, Campinas. Blucher Engineering Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2019.

JENCO, Leigh: Chinese Political Ideologies. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc (Ed.). *The Oxford handbook of political ideologies*. OUP Oxford, 2013.

LIEBER, André. The Chinese ideology: Reconciling the politics with the economics of contemporary reform. In: *Journal of Chinese Political Science*, v. 18, n. 4, p. 335-353, 2013.

PAN, Jennifer; XU, Yiqing. China's ideological spectrum. In: *The Journal of Politics*, v. 80, n. 1, p. 254-273, 2018.

WRIGHT, Teresa. *Accepting authoritarianism: state-society relations in China's reform era*. Stanford University Press, 2010.